



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE MUSEOLOGIA**

MARIA DO ROSÁRIO GUIMARÃES SUZART



**ROSARINHO: Ancestralidade, patrimônio e irmandades,
a preservação da memória como forma de resistência**

**Cachoeira, Bahia
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE MUSEOLOGIA**

MARIA DO ROSÁRIO GUIMARÃES SUZART

ROSARINHO: Ancestralidade, patrimônio e irmandades, a preservação da memória como forma de resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharel em Museologia, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzane Tavares de Pinho Pêpe

**Cachoeira, Bahia
2022**

MARIA DO ROSÁRIO GUIMARÃES SUZART

**“ROSARINHO: ANCESTRALIDADE, PATRIMÔNIO E IRMANDADES,
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA”**

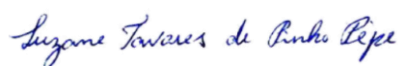
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Museologia.

Aprovado em 14 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

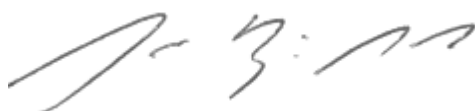
Suzane Tavares de Pinho Pêpe

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



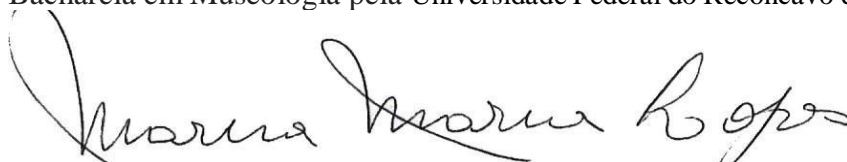
Prof. Archimedes Ribas Amazonas

Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Marcia Maria Lopes

Bacharela em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, por ter me sustentado até aqui por todo esse tempo. Agradecer a minha mãe Helena Guimarães Suzart (*in memória*), por me ensinar que educação é o que muda o mundo. Foi difícil, algumas vezes, assustador, angustiante, desafiador e empolgante.

De forma especial, agradeço a Inah Clara por toda boa vontade, por toda ajuda e companheirismo. À Alila Morena por todas as vezes que me disse que essa faculdade não me fazia bem. À Mell, por todas as orações. Aos meus irmãos que sempre estavam por perto.

Agradeço até àqueles que acharam que esse curso não me levaria a lugar algum. Não posso esquecer dos que embarcaram comigo nessa jornada. À turma 2014.1, o meu muito obrigada. Aos professores, o meu agradecimento por todo aprendizado. A minha orientadora, pela paciência e apoio no momentos difíceis. As minhas cunhadas, e a meu compadre, a Eliene por acreditar que daria certo. A Michel, por todo olhar de orgulho. A Anderson, por estar sempre disponível e disponibilizar os arquivos para que essa pesquisa pudesse acontecer.

À comunidade do Rosarinho, pelo acolhimento e boa vontade. Ao Arquivo Público do Município de Cachoeira, pelo acolhimento durante a pesquisa. Ao professor Luis Cláudio Dias Nascimento pelo apoio e orientação na pesquisa. Aos meus amigos, pelo incentivo.

Aos que vibraram, torceram e me ajudaram. À UFRB em especial ao Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, minha gratidão! Orgulhosa demais de ter passado por aqui.

Dedico este trabalho à Cachoeira, ao Rosarinho e à memória dos ancestrais que me guiaram até aqui.

LISTA DE ABREVIATURAS

DPAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH – Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas

PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – Núcleo original da cidade de Cachoeira em 1698

MAPA 2 – Primeira rede Urbana do Recôncavo

FIGURA 1 – Vapor de Cachoeira

MAPA 3 – A abrangência física do Rio Paraguaçu

MAPA 4 – Rede Urbana com a criação de rodovias

MAPA 5 – Cachoeira na década de 1940 novas rodovias

MAPA 6 – A cidade de Cachoeira em 1885 (Inauguração da ponte)

FIGURA 2 – Igreja do Rosarinho ou ainda, Igreja dos Nagôs

FIGURA 3 – Igreja do Rosarinho revitalizada em 2006 através do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

MAPA 7 – Cidade de Cachoeira

FIGURA 4 – Igreja do Rosarinho revitalizada em 2006 através do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

FIGURA 5 - Antigo Chafariz (embora desativado ainda é preservada a localização do mesmo).

RESUMO

O presente trabalho visa refletir e discutir como se deu o processo de urbanização na cidade de Cachoeira, situada no Recôncavo baiano, especificamente, analisar a formação social do bairro do Rosarinho, iniciada no final do século XVIII, por famílias de africanos e descendentes, levando em conta uma visão de Museologia ampliada, que sai do espaço do museu e se expande a outros espaços de memória, como os centros urbanos, e de patrimônio cultural que não restringe seu raio à perspectiva étnica. Identifica como se formou a Irmandade de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso, sua construção e a importância da patrimonialização para preservação da história e memória do bairro do Rosarinho, aqui compreendido como bem cultural relevante da cidade de Cachoeira, e como memórias de antigos moradores ao lado de um rico patrimônio material da cidade se apresentam. Para alcançar o objetivo, reuniu-se documentos de arquivo, dados bibliográficos, memórias e percepções de antigos moradores do bairro, por meio de entrevistas. Enfim, o trabalho levou à compreensão do contexto histórico de formação e transformações urbanas e reconhece que a Irmandade exerceu papel decisivo na preservação cultural, mantendo suas festas, procissões e rituais de morte, congregando sua comunidade.

Palavras- chave: Patrimônio Cultural; Irmandade; Memória; Cidade.

ABSTRACT

The present work aims to reflect and discuss how the urbanization process took place in the city of Cachoeira, located in the Recôncavo of Bahia, specifically to analyze the social formation of the Rosarinho neighborhood, initiated at the end of the 18th century, by families of Africans and descendants, taking into account it tells a vision of expanded Museology that leaves the museum space and expands to other spaces of memory such as cities and urban centers, and of cultural heritage that does not restrict its scope to the ethnic perspective. It identifies how the Irmandade de Nossa Senhora Sagrado Coração do Monte Formoso was formed, its construction and the importance of patrimonialization for the preservation of history, memory of the Rosarinho neighborhood, here understood as a relevant cultural asset of the city of Cachoeira, and as memories of former residents next to a rich material heritage of the city present themselves. To achieve the objective, archival documents, bibliographic data, memories and perceptions of former residents of the neighborhood were gathered through interviews. Finally, the work led to the understanding of the historical context of formation and urban transformations and recognizes that the Brotherhood played a decisive role in cultural preservation, maintaining its parties, processions and death rituals, bringing together its community.

Keywords: Cultural Heritage; Brotherhood; Memory; City.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A CIDADE DE CACHOEIRA E O CRESCIMENTO URBANO	14
1.1 O rio Paraguaçu e as transformações urbanas	16
1.2 Formação social da cidade	21
2. CIDADE E PATRIMONIALIZAÇÃO	23
3. LUGARES DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	28
3.1 Irmandade	30
3.2 Famílias	34
3.3 Lugares de memória	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	47

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o Recôncavo Baiano destacam Cachoeira como uma das cidades mais importantes do Brasil no século XVIII e em meados do século XIX. Ao analisar tais estudos, percebemos que a formação social da cidade de Cachoeira está ligada ao tráfico de africanos e indígenas. Apontamos aqui que a expansão da cidade está associada ao crescimento econômico e as diversas mudanças urbanas sofridas ao longo dos anos, cuja dinâmica foi relevante para o comércio local, regional. Para entender como se deu sua expansão urbana, apresentaremos o contexto histórico do Recôncavo baiano e seu entorno e da cidade de Cachoeira.

O *locus* da pesquisa que resulta neste trabalho é o bairro do Rosarinho, na cidade de Cachoeira no Recôncavo da Bahia. A pesquisa foi desenvolvida a partir do conhecimento da diversidade étnicocultural na região e das formas de relação constituídas por seus ocupantes desde a chegada dos portugueses na América Colonial e africanos de diversas etnias, trazidos para ser vendidos como cativos afim de servirem como mão de obra nas lavouras de fumo e cana-de-açúcar. O Rosarinho é um bairro emblemático por ter crescido desde o final do século XVIII, quando algumas famílias negras foram se assentando ali. Assim, o objetivo é analisar a urbanização de Cachoeira, os efeitos da patrimonialização e tombamento por órgãos responsáveis pela preservação da memória e do patrimônio histórico.

Nosso intuito é também apresentar a importância do patrimônio material, imaterial e histórico na comunidade do Rosarinho. Ao analisar a certidão de registro de compra e venda das terras do Rosarinho, desenha-se a criação das principais ruas do Oiteiro do Rosário do Monte Formoso (Rosarinho). Uma análise sobre as Irmandades revela que essencialmente, essas possuíam um santo patrono e algumas regras e direitos que deveriam ser cumpridos por todos os irmãos. Para o negro, africano e crioulo, as irmandades funcionaram como espaços privilegiados para o culto, aplicados ao seu modo, na maioria formadas por , filhos de africanos, nascidos no Brasil. Para uma análise sobre as irmandades faremos a leitura e revisão bibliográfica com foco na dissertação de Rodrigo Amorim, intitulada Práticas sociais e religiosas em Cachoeira entre os anos de 1840-1883: um estudo sobre a Irmandade do Bom Jesus da Paciência, em sua dissertação Rodrigo faz uma análise da organização de africanos e como funcionava sua vida social e política através das irmandades, traçando as diferenças entre as irmandades constituídas por brancos e negros.

Segundo Reis, a rivalidade entre crioulos e africanos se deu por conta de dois motivos: a língua, pois os crioulos já nasciam e aprendiam a língua portuguesa, e

o fato de nascer também na condição de escravos, direcionando os crioulos a posições diferentes em determinadas revoltas. Apesar da possibilidade de uma diversidade étnica na Irmandade, os principais cargos eram ocupados apenas por crioulos do sexo masculino. Buscamos analisar também a fundação e criação das irmandades com foco na Irmandade de Nossa Senhora Sagrado Coração do Monte Formoso, ao analisar as memórias em volta de suas práticas e a manutenção delas na comunidade do Rosarinho em Cachoeira.

Consideramos os estudos de caráter local como estudos necessários para o entendimento, compreensão e conhecimento da história patrimonial. Entendemos que a compreensão da história e da cultura em sociedades multiculturais é de suma importância para o preenchimento de lacunas que foram silenciadas pela museologia.

Não podemos esquecer que Cachoeira possui um conjunto arquitetônico, paisagístico muito significativo, a exemplos de arquitetura religiosa e civil do século XVII ao século XIX e primeiras décadas do século XX e por toda herança recebida dos africanos, cujo legado cultural ultrapassou a de “simples” mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar e fumo. Desta forma, a cidade será percebida como espaço de história com riqueza em seu patrimônio e sua memória. A diversidade de manifestações culturais, a estética da sua arquitetura, a sua importância política, sociocultural e econômica tem motivado estudos sobre os mais variados temas.

Entendemos o patrimônio como forma de fazer recordar o passado, como manifestação, testemunho, invocação, ou ainda, uma convocação ao passado (RODRIGUES, 2017), sendo assim, com a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social, que por sua vez legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, ao patrimônio (MARTINS, 2011).

Como fontes, utilizamos uma bibliografia de autores que tratam esse momento do Recôncavo e da cidade de Cachoeira como uma das mais importantes no mundo transatlântico. Os estudos sobre o Recôncavo baiano destacam Cachoeira como uma das cidades mais importantes do Brasil no século XVIII e em meados do século XIX. Ao analisar tais estudos, percebemos que a formação social da cidade de Cachoeira está ligada ao tráfico de negro-africanos.

Para entender como se deu sua expansão, apresentaremos o contexto histórico de uma economia baseada na escravidão como uma das principais causas do avanço urbano e da formação social da cidade. Recorremos a autores dedicados aos estudos sobre o Recôncavo baiano, como Stuart Schwartz, em seus estudos sobre a economia dessa região; João José Reis quando trata sobre os grupo africanos que foram trazidos para o Recôncavo da Bahia e suas

diversas formas de organização social, política e religiosa. Textos de “A morte é uma festa” (REIS, 1991), onde o autor faz um histórico sobre os ritos fúnebres e uma análise sobre a criação das irmandades no Recôncavo Baiano (REIS; GOMES, 1996, SCHWARTZ, 2001; FRAGA FILHO, 2006; REIS, 1991), trataremos também dos estudos da professora pesquisadora Lucilene Reginaldo que traz a construção das irmandades fazendo uma análise desde sua formação em Portugal, até sua chegada nas colônias e mais precisamente no Recôncavo e em Salvador. Para uma compreensão sobre a formação da cidade de Cachoeira nos baseamos no texto do historiador Luis Cláudio do Nascimento¹, conhecido como Cacau, em sua obra “Bitedô onde moram os Nagôs”², principal referência para este trabalho. Procedemos à busca de documentos de arquivo e encontramos na Ordem Terceira do Carmo³, livro de registro de terras e depoimentos de moradores e resoluções sobre Patrimônio.

Em nosso caminho metodológico, realizamos entrevistas com moradores que residiam há mais tempo no Rosarinho, buscamos analisar o nível de conhecimento destes moradores em relação ao bairro, os principais acontecimento que marcaram sua ligação com a comunidade e a sua relação com o mesmo. Colhemos depoimentos e relatos com moradores, quando íamos sendo indicados a outros moradores ou ex-moradores com alguma ligação ao bairro. Dentre outras questões, tivemos contato com a ideia que cada entrevistado tem sobre esse local. Também, levamos em conta a função e a relação das mudanças no bairro e município com estes moradores, e o papel que os entrevistados exercem na comunidade. Dessa forma, a idade escolhida dos entrevistados foi de 70 a 80 anos; as entrevistas foram realizadas sob a forma de conversa informal, mas seguindo um roteiro que tinha a intenção de entender como o entrevistado pensa sua cidade e comunidade.

A motivação para realizar essa pesquisa se dá pela ligação da minha família com o bairro do Rosarinho em Cachoeira – BA. Apesar de não morar necessariamente no Rosarinho, sinto-me parte dele, pelas histórias vividas e pela ligação com alguns de seus principais moradores. Dessa forma, este trabalho tem igualmente a finalidade de manter essas

¹ Possui mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2007). Atuando principalmente nos seguintes temas: história da Bahia, Recôncavo baiano, religiosidade, cultura afrobrasileira, etnicidade.

² O livro mostra a trajetória da família de Zé do Brechó e Salacó sinaliza a importância das identidades cultural e religiosa para o povo Jêje-Nagô, que se instalou no município de Cachoeira, em São Félix, na Bahia, e seu grande legado para a o chamado Candomblé de Jêje”. O trabalho realizado pelo professor Cacau Nascimento, natural de Cachoeira, foi fruto de uma pesquisa de anos, e resultou na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia.

³ A Ordem Terceira do Carmo foi fundada em Cachoeira no ano de 1691, sendo praticamente contemporânea ao convento. Embora pudessem realizar seus ofícios religiosos na igreja conventual, nos primeiros anos do século XVIII os irmãos terceiros decidiram construir uma capela e dependências próprias, ao lado do convento.

memórias e homenagear aqueles que ajudaram na minha formação.

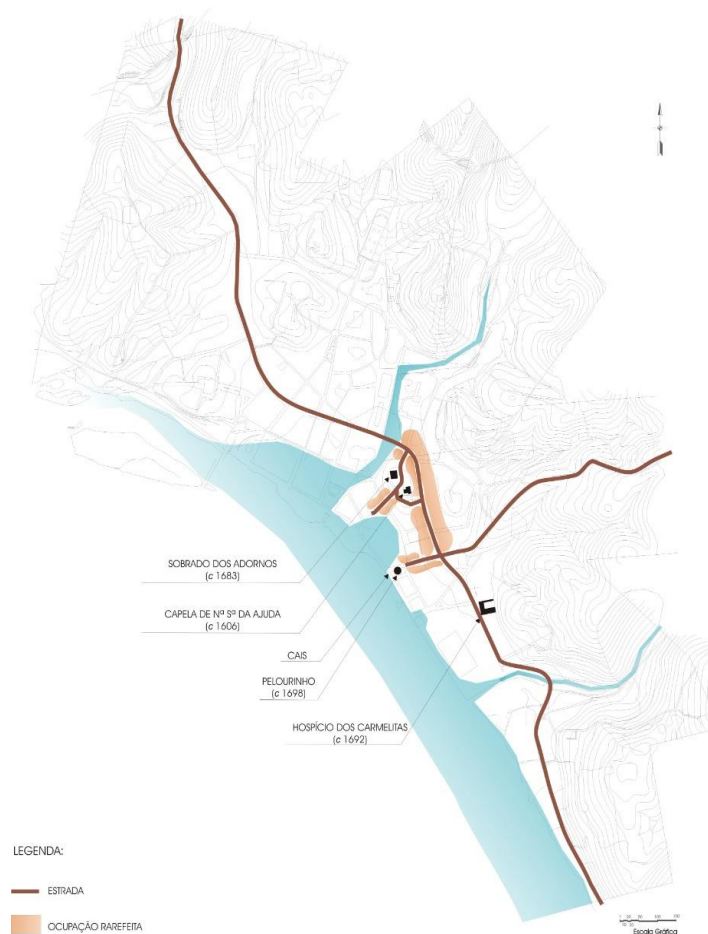
A pesquisa contou com algumas dificuldades; podemos citar aqui a documentação e o difícil acesso a elas. Infelizmente, esbarramos em situações nada agradáveis ao longo da pesquisa que quase nos fizeram desistir de continuar; a principal delas: documentos “espalhados”, documentos que deveriam estar no Arquivo Público Municipal e se encontram na mão de particulares.

1. A CIDADE DE CACHOEIRA E O CRESCIMENTO URBANO

O Recôncavo Baiano se constituiu como rede urbana mais antiga do Brasil, (SANTOS, 1958), essa zona é citada como a primeira malha urbana da América Portuguesa e como uma das primeiras malhas urbanas, mais importantes do “Novo Mundo”. Sua relevância se deve ao seu porto, à sua localização geográfica, a sua bacia hidrográfica, a sua arquitetura e patrimônios históricos (Mapa 1).

Para Milton Santos (1958), o processo de urbanização de Cachoeira pode ser entendido a partir da contextualização das mudanças territoriais ocorridas no âmbito regional. A cidade em estudo constitui um dos centros urbanos mais importantes no processo de formação política e territorial do Recôncavo e do próprio Estado da Bahia.

Mapa 1 - Núcleo original da cidade de Cachoeira em 1698
A VILA EM 1698



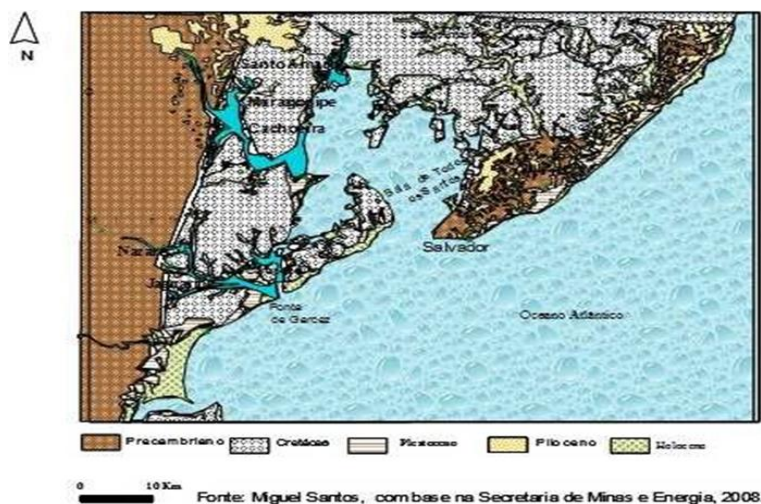
Fonte: IPHAN

Para o mesmo autor, o processo de mudança territorial, vivido no Recôncavo Baiano, teve sua primeira geração retratada pelos municípios que se encontravam localizados à foz ou desembocadura nos principais rios que cortam a região. Sendo eles: Paraguaçu, Jaguaripe, e Da Dona. Entre os séculos XVI e XVII localidades, como Salvador, Jaguaripe e Maragogipe, eram os centros mais importantes e responsáveis pelo abastecimento e entreposto comercial da metrópole. Esses rios, rebatizados ou não pelos portugueses, foram elementos fundamentais para penetração e ocupação de novas áreas; destacamos os seguintes rios: Paraguaçu, Sergi, Jequiriçá, Acú, Subaé, São Paulo, Guaí, Jaguaripe, Jacuípe, Parnamirim e o Batatã.

É necessário destacar aqui a questão de transporte como uma das causas que possibilitou a penetração pelo interior, já que devido às dificuldades com o mesmo foi possível o crescimento nas localidades que estavam situadas às margens dos principais rios e que possuíam meio de transporte adequados à comunicação com as áreas vizinhas. Nesse sentido, é necessário lembrar também a importância dos carros de boi e de transportes em tropas de burros (CORREA, 1989).

Sendo uma das principais atividades econômicas no Recôncavo Baiano durante o processo de colonização, a exploração da cana-de-açúcar ganha destaque como um dos principais fatores para o dinamismo territorial daquele momento. Por sua vez, a ascensão de Cachoeira vai acontecer no contexto da segunda geração de cidades. Sua localização geográfica mais afastada do contato terra/mar, às margem do Rio Paraguaçu, com cerca de 40 km da foz, pertencia ao grupo de cidades que tinham um papel importante na primeira rede urbana do Recôncavo (Mapa 2).

Mapa 2 - Primeira rede urbana do Recôncavo



Fonte: ANDRADE (2011, p. 7).

1.1 O rio Paraguaçu e as transformações urbanas

Ainda nesse contexto, a cidade de Cachoeira experimentou um ritmo acelerado de crescimento, o que possibilitou, dentre outras coisas, sua projeção em diversos aspectos econômicos. A movimentação do porto da cidade, com entrada e saída de um grande número de saveiros e do navio “VAPOR DE CACHOEIRA”⁴, gerava um intenso fluxo de mercadorias e de pessoas. As manifestações culturais, evidenciadas através da religiosidade, representada pelos cultos afros, pela festa da Irmandade da Boa Morte, assim como feiras livres, com suas mercadorias, complementavam o ciclo de atividades que impulsionaram Cachoeira até meados do século XX. O processo de ascensão e declínio da cidade sempre esteve correlacionado com as mudanças que aconteciam em escalas regional.

Figura 1 - O vapor de Cachoeira



Fonte: IGHB. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/single-post/2019/09/24/200-anos-do-vapor-de-cachoeira-em-semin%C3%A1rio-dia-no-ighb>

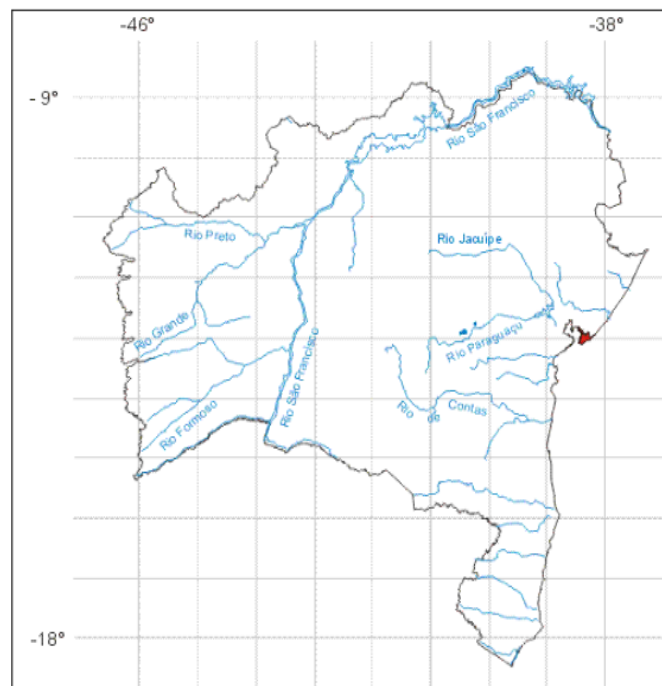
⁴ O “Vapor de Cachoeira” foi um empreendimento liderado pelo Coronel Felisberto Caldeira Brant Pontes - que mais tarde viria a ser agraciado com o título de Marquês de Barbacena – e mais dois sócios, o rico comendador Pedro Rodrigues Bandeira e o Capitão-Mor da Vila de Jaguaripe, Manoel Bento Guimarães. Primeiro eles obtiveram do Rei Dom João VI a autorização real, obtida através de um decreto, emitido no ano anterior, que lhes assegurou também o monopólio durante 14 anos para explorar a navegação a vapor na Bahia. Em seguida, eles adquiriram na Inglaterra uma máquina a vapor e a adaptaram a uma embarcação no estaleiro da Preguiça, em Salvador. Um técnico veio da Inglaterra para montar a máquina e fazê-la funcionar, o que aconteceu há exatos 200 anos, mudando para sempre o transporte marítimo e fluvial no Brasil.

É importante lembrarmos que a circulação do “Vapor de Cachoeira” trouxe uma revolução para a época, porque foram diversos impactos no transporte, nas comunicações, o que trouxe importantes contribuições para a economia. O Rio Paraguaçu promovia a circulação dos mais variados produtos, cana-de-açúcar e seus derivados como o açúcar, a cachaça, a rapadura e do fumo, essas duas principais riquezas agrícolas servidas no Recôncavo Baiano, que eram exportadas através de Salvador para o mercado da Europa e a África. O vapor transformou as viagens mais curtas entre os centros produtor e exportador, facilitando o escoamento da produção, gerando assim o aumento dos lucros e receitas.

É importante também analisar o rio como um elemento do ambiente físico, importante para a ocupação do território e na forma das relações que transformaram o espaço em território. Em outro sentido, esse integrante do ambiente físico sofreu, por sua vez, diversas mudanças, tanto em sua forma concreta quanto em seus significados, para atender diversas finalidades das práticas sociais de diferentes grupos que ali se firmaram, desde a construção de armazéns e aterros nas margens e a organização de localizações de canoeiros, até a construção com objetivo de manter o sagrado para o povo-de-santo de Cachoeira.

No mapa hidrográfico do Recôncavo baiano é possível observar a distribuição dos rios pela capitania da Bahia, destacando o rio Paraguaçu e os seus principais afluentes no Recôncavo Baiano, sobretudo, o rio Jacuípe (Mapa 3).

Mapa 3- Hidrografia do Recôncavo baiano



Fonte: IBGE

A abrangência física do rio Paraguaçu e a sua proximidade com outros rios dentro do território baiano, exemplifica sua importância como principal rota de penetração do sistema de colonização, a composição do Rio Paraguaçu.

Entender as transformações urbanas no Recôncavo da Bahia, mais especificamente em Cachoeira, perpassa fatores históricos, que irão se desenhar e originar os espaços físicos e sociais e como estes se resignificaram ao longo do tempo, permitindo a compreensão de sua organização e suas diferentes funções. Para Milton Santos, a rugosidade⁵ daquilo que fica do passado, sob a forma e espaço construído, pode se apresentar como formas isoladas ou como arranjos constituindo conjuntos inteiros. Portanto, ele lembra que:

[...] ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de ‘escravidão das circunstâncias anteriores’ de que falava John Stuart Mill. (SANTOS, 1997, p. 113).

O principal eixo da cidade de Cachoeira, no século XIX, era a “rua principal” que paralelamente corria ao rio e trecho que está situado no Caquende, Pitanga e o início do Pasto, distanciando-se dele na subida para Capoeiruçu, que pela distância consegue se defender das enchentes do Paraguaçu. A segunda rua mais importante era a “rua de baixo”. O principal centro comercial, pela proximidade com o rio, ficava sujeito às enchentes, frequentemente possibilitando a construção de novas áreas de expansão em terrenos mais altos, no decorrer do século XIX.

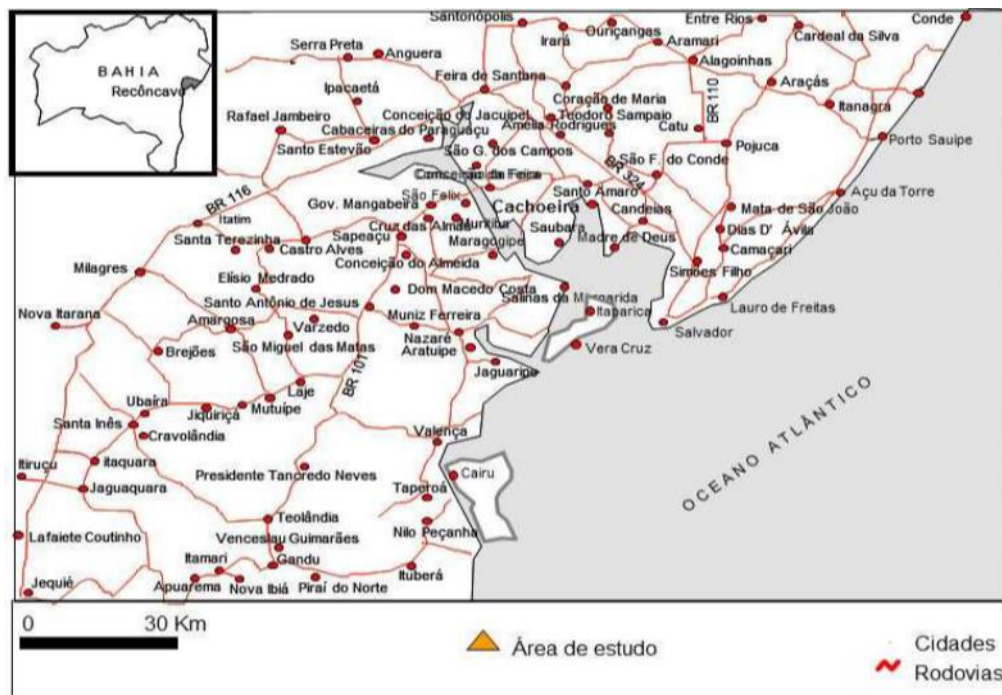
Dessa forma, é necessário analisar as muitas transformações da cidade para que se identifique como essas mudanças impactam na ideia de patrimônio. Sendo assim, as novas tecnologias que chegavam ao Brasil trazem uma configuração sobre territorialidade no Recôncavo e em Cachoeira. Junto a essa questão, a entrada da indústria automobilística na Região Sudeste e a exigência de ampliação da malha rodoviária teriam provocado diversos impactos ao formato regional.

Nesse contexto, o Recôncavo baiano adquire outra configuração com a expansão da terceira geração de cidades. Ainda nesse período, as cidades tidas como “tradicionais”,

⁵ A estruturação conceitual de rugosidade auxilia a compreender como as pretéritas formas espaciais, das cidades coloniais, ou mais especificamente de “primitivos” núcleos de aglomeração se desenvolveram e se transformaram em grandes regiões metropolitanas contemporâneas.

localizadas próximas dos rios, como exemplo de Cachoeira, Nazaré, Jaguaripe e Maragogipe, começam a perder notoriedade na rede urbana do Recôncavo. A implantação da Petrobras em 1950, a criação do Centro Industrial de Aratu na década de 1960, e a criação do Polo Petroquímico de Camaçari na década de 1970 dá início a uma rede urbana com a elevação de cidades distintas (Mapa 4).

Mapa 4 - Redes urbanas

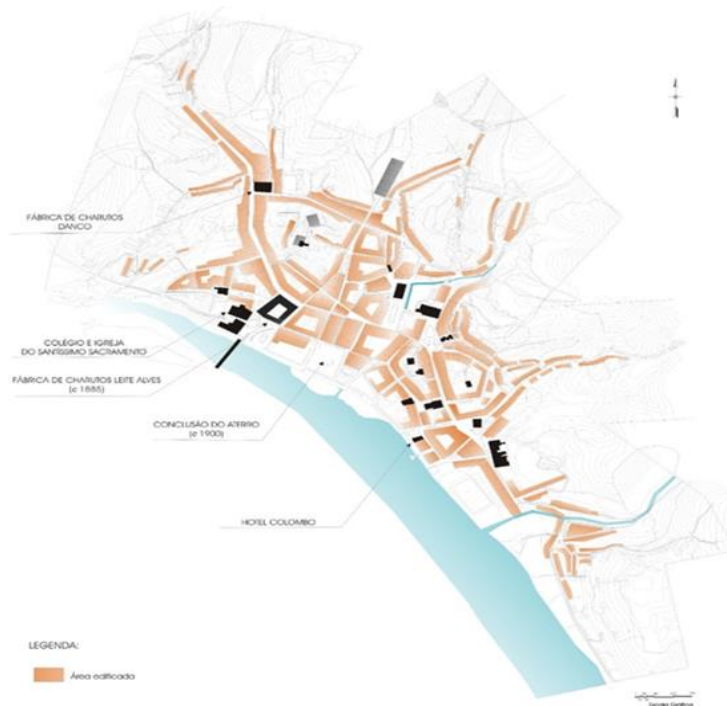


Fonte: Arquivo Luiz Cláudio Dias Nascimento.

Com a criação de rodovias fundamentais como a BR 324 e a BR 101, cidades como Cruz das Almas, Alagoíneas, Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus intensificarão as dinâmicas urbanas (SANTOS, 2002), reestruturando uma nova rede urbana; por outro lado, Salvador foi a cidade que conseguiu manter o ritmo de crescimento. Analisando mais especificamente a cidade de Cachoeira, é perceptível a redução no ritmo de urbanização, gerando assim fortes impactos para grande parte dos habitantes.

Mapa 5 - Abertura de Rodovias

CACHOEIRA NA DÉCADA DE 1940
ABERTURA DA RODOVIA



Fonte: IPHAN.

Fatores, como a desativação do Porto, a diminuição do número de trens e o declínio dos transportes de cabotagem, com a extinção dos saveiros tem uma contribuição direta na queda do dinamismo urbano de Cachoeira. A retomada do crescimento e mudanças na economia só seriam possíveis com a valorização do patrimônio material e imaterial, principalmente, com o crescimento das atividades turísticas a cidade vive mudanças na economia e crescimento urbano (SANTOS, 2011).

Sendo assim, o processo de ascensão e declínio da cidade de Cachoeira sempre esteve diretamente relacionado a mudanças que se situavam no âmbito nacional e regional. As novas formas de produção, o uso de tecnologias, as mudanças políticas, que permeavam a capital Salvador, afetavam diretamente o Recôncavo Baiano, o que provocaria uma nova configuração territorial. Acrescentam-se a estes fatores, a extensão da malha ferroviária e rodoviária, a chegada de indústrias para a região a diminuição do escoamento de produtos antes comercializados no recôncavo através do porto da cidade.

1.2 Formação social da cidade

É necessário fazer uma breve contextualização da cidade de Cachoeira a partir da formação do seu povo, agregando a ele as contribuições dos africanos e enfatizando o momento econômico, histórico e cultural para a Bahia e o Brasil. Buscamos entender também como estes africanos contribuíram para a formação social da cidade e as mudanças urbanas e sociais vividas ao longo dos anos.

Quando nos debruçamos sobre as formas como se formaram e expandiram os territórios no Recôncavo e os principais povos que formaram socialmente esses espaços, é possível entender as dinâmicas em torno das cidades, em especial da cidade de Cachoeira. Como as elites se formaram? Quais as famílias que participaram desse processo? Quais povos contribuíram para a formação social de Cachoeira? Reiteramos que nosso trabalho se estenderá pela formação social de alguns bairros da cidade de Cachoeira, por isso a análise em torno dos escravizados e colonos.

Primeiramente, vamos analisar a ascendência da família de origem europeia, e depois, as relações determinadas por estes ao chegar à colônia que, por sua vez, definiriam sua origem e finalmente suas aquisições e atividades econômicas exercidas em seu espaço luso-brasileiro. Os diversos grupos africanos embarcados em Angola para a Bahia denominavam ou eram denominados congo e angola, eventualmente, em número reduzido, cabindas e benguela.

Na Bahia, precisamente no Recôncavo, em meados do século XVII, escravizados eram vendidos a fim de realizar trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, nos engenhos e também na casa grande, mais tarde eles assumem papel importante nas fazendas de gado e plantações de tabaco e mandioca. Com o crescimento do número de senhores na Bahia, aumenta também o número de revoltas na colônia portuguesa, surge então os mocambos e quilombos (REIS; GOMES, 1996).

A colonização da região do Rio Paraguaçu acompanhou o início da colonização da América portuguesa. Sua área, muito extensa, abrangia tanto o recôncavo como o sertão baiano, e seus habitantes, antes da conquista, compunham inúmeros grupos indígenas. Foi necessário mais de um século de confrontos e negociações para que esse território estivesse sobre o controle português.

A conquista e o povoamento do recôncavo foi priorizado pelos portugueses, pois seus solos de massapê eram os mais apropriados para a produção da cana-de-açúcar, matéria-prima do açúcar, principal produto exportado pelas colônias da América durante o período

colonial. O sertão, ou seja, a área que ainda não fora dominada pelos colonos e que foi alvo de várias expedições no século XVI e XVII, com a institucionalização da coroa portuguesa quanto à expansão da região interiorana.

Em 1530, os sertões do Paraguaçu foram então colonizados, por Martin Afonso de Sousa e Paulo Dias Adorno italiano de Gênova e Afonso Rodrigues, português de Óbidos (SCHWARTZ, 1988, p. 22). Os mesmos casaram-se com filhas de Caramuru ao chegarem à colônia e firmaram suas propriedades às margens do Rio Paraguaçu. No final do século XVI, foram formados ao longo do rio Paraguaçu povoados, entre eles, Jaguaripe, Maragogipe, São Tiago do Iguape e Cachoeira. Era este o último povoado subindo o curso do rio, último ponto navegável do Rio Paraguaçu, que seria elevado à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em Cachoeira em 1674.

2. CIDADE E PATRIMONIALIZAÇÃO

As percepções sobre a preservação do patrimônio artístico e cultural, segundo Ricardo Brügger Cardoso (2012, p. 1), abarcam a preservação e a memória urbana. Podemos dizer que essa memória que não é só arquitetura, compõe-se também do traçado urbano e de aspectos culturais preservados e reinventados de modo a possibilitar uma leitura que não seja fragmentada.

Como aponta o mesmo autor, ao apontar que a Constituição Federal de 1988 e Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios proporcionaram a ampliação do próprio conceito de preservação, e que a partir dos anos 1980, a preservação de sítios urbanos passou a ser implementada, considerando o ambiente urbano por seu valor histórico, arquitetônico e cultural (CARDOSO, 2012, p. 4).

No sentido das ações governamentais, o poder público passou a olhar, nos últimos cinquenta anos, mais precisamente desde os anos 1970, para os centros históricos do Nordeste do Brasil. Em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), a fim de investir recursos na recuperação do patrimônio cultural urbano, com o intuito de dinamizar o turismo como fator de desenvolvimento econômico local e regional, mais precisamente do Nordeste.

Mais tarde, entre 1999 e 2010, o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, denominado Monumenta⁶ junto a mobilização do poder público, cria iniciativas importantes para a recuperação do patrimônio arquitetônico existente na cidade de Cachoeira. A partir dessa intervenção dá-se início à implantação do Programa Monumenta, decorrente de um programa do Governo Federal, que tinha como objetivo a restauração dos casarões coloniais de Cachoeira, preservando assim, os imóveis históricos da cidade. É importante citar aqui o restauro da Capela Nossa Senhora D'Ajuda, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (HENRIQUE, 2008).

Com a restauração destes imóveis houve um dinamismo das atividades turísticas tendo em vista as demandas dos visitantes e do *trade* turístico do município. Por sua vez, a cidade de Cachoeira possui um calendário de festas, as quais têm atraído um número considerável de visitantes.

⁶ O Programa Monumenta inicia-se efetivamente no ano 2000, após a assinatura do Contrato de Empréstimo do BID para o Governo Brasileiro em dezembro do ano anterior. Como partida, o Ministério da Cultura institui um Comitê de Especialistas para a elaboração da “Lista de Prioridades do Monumenta”, organizando uma listagem dos 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal.

Tomamos a ideia de patrimônio como forma de fazer recordar o passado, como manifestação, testemunho, invocação, ou melhor, uma convocação ao passado (RODRIGUES, 2017), sendo assim, com a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social, que legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, ao patrimônio (MARTINS, 2011).

Podemos citar aqui a Festa do 13 de Março, data em que Cachoeira foi elevada de Vila para a condição de cidade, o São João, festa de tradição católica comum na região Nordeste, e a Festa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Essas festas têm gerado um aumento do número de visitantes na cidade; hotéis e pousadas têm suas vagas quase sempre ocupadas nessas ocasiões, e a frequência aos restaurantes da cidade aumenta de modo significativo. É importante lembrar que as atividades comerciais se intensificam, e há maior procura por produtos artesanais. O aquecimento das atividades comerciais na cidade de Cachoeira está relacionada tanto ao turismo, quanto ao fato de ser sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB desde o ano de 2006, o que alavancou a cidade com o aumento de serviços voltados para o público universitário.

Vale ressaltar que a memória oficialmente preservada nos monumentos e no casarões urbanos não contemplaria a totalidade dos grupos sociais e étnicos que ali viveram, destaque para portugueses, alemães (que eram responsáveis pela instalação e manufatura de fumo), ingleses (que vieram para construção da ferrovia e da ponte D. Pedro II) e a mão de obra de africanos.

No final da década de 1930, foi realizado, pelo IPHAN, levantamento nos processos de tombamento e, a partir daí, foi possível identificar aproximadamente 28 processos, que tinham como objetivo preservar entre 55 e 60 bens, até porque a maioria dos processos tinham como objetivo mais de um objeto, possibilitando a criação de pequenos conjuntos. Grande parte desses processos são datados do final de 1930 e início do ano seguinte. Alguns desses processos datam também de 1958 e 1964, outros de 1971, quando a cidade é elevada a Monumento Nacional. Segundo Marcia Chuva (2012), a origem das práticas de preservação do patrimônio cultural no mundo moderno estiveram associados aos processos de formação dos estados nacionais ainda no século XIX.

No início da década de 1970, a cidade de Cachoeira recebeu outra vez a visita do IPHAN. Nesse mesmo ano, a cidade foi elevada à condição de Monumento Nacional. A partir desse momento, Cachoeira passa a ser vista como um conjunto arquitetônico de grande valor. Deixa de ser vista de forma isolada para ser considerada uma das mais importantes cidades, por todo seu acervo histórico. Tal medida foi tomada e justificada sob o seguinte argumento:

[...] considerando a necessidade urgente de ser assegurada a proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia; considerando, outrossim, que essa salvaguarda atende às tradições cívicas da cidade, capital da Província durante as lutas pela independência da Pátria ali iniciadas a 23 de junho de 1822, e que culminaram a 02 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia (Decreto nº 68.045 de 18/01/1971).

Em sua dissertação, Gislaine Calumbi afirma que o uso do termo histórico convém a todos os espaços urbanos existentes. Para ela, a ênfase em aplicar o termo às cidades preservadas foi dada pelos organismos ligados à preservação de bens culturais, que utilizaram o termo com intuito de denominar as áreas consideradas patrimônio (CALUMBI, 2020). Ainda sob essa ótica, a cidade histórica prevê a preservação e continuidade enquanto bem de interesse, ao falar sobre a sociedade sustenta a memória coletiva e comunica discursos.

Ao pensar centros históricos é necessário considerar não só seu passado, mas seu presente e o futuro em construção, e isso pode suscitar reflexões que analisamos através da museologia como forma de pensar memória, patrimônio e cidades. É necessário compreender a ideia de patrimônio cultural e, no decorrer, podem surgir alguns questionamentos: Como ele (o patrimônio) é pensado no Brasil? Isso nos remete também à percepção sobre os conjuntos urbanos e suas bases num momento em que a ideia de modernização e globalização aponta o processo de destruição de áreas urbanas. Tal efeito, implica em questionamentos sobre o que está sofrendo apagamento e no que implica esse apagamento.

No caso da cidade de Cachoeira, é possível ver que entre esses bens existe uma forte presença da arquitetura religiosa. Não somente na cidade, também em zonas dela afastada; pois há capelas situadas em antigos engenhos cujas ruínas podem fazer parte dos processos de tombamento. Podemos destacar também a arquitetura civil, na qual sobressaem casarões e sobrados situados na Rua Ana Nery, uma importante referência na localização de edificações com características dos séculos XVIII e XIX. Outra referência importante de localização dessas edificações é a Rua Benjamin Constant (Ladeira da Cadeia). Infelizmente, não constam, em grande parte dos processos, características referentes ao seu estilo arquitetônico ou ainda à época da sua construção, ou até mesmo há informações sobre as duas ruas citadas, já que as mesmas possuem uma maior concentração de bens tombados.

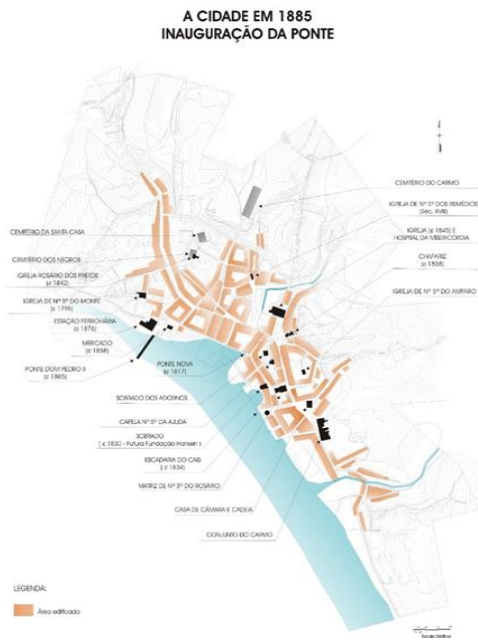
Essas informações são importantes, pois permitiriam identificar se há algum planejamento voltado para a construção de uma patrimonialização que leve em conta a comparação com outros casos. Para além do que citamos, podemos enumerar a presença de edificações em praças, de construções da arquitetura civil pública, a exemplo o prédio do Paço

Municipal, na Praça da Aclamação, edificação entre os séculos XVII e XVIII, antiga Casa de Câmara e Cadeia. Além dos espaços, aquedutos, fontes, etc. Quanto aos edifícios, obviamente, muitos objetos pertencentes a famílias fazem parte da decoração interna das casas ou acervo público, contudo, como é próprio do patrimônio móvel está susceptível ao deslocamento pelas mais diversas circunstâncias da vida, entre elas, partilhas de inventários.

Para que a cidade recebesse o título e fosse elevada à Cidade Monumento, foi necessário três condições: as tradições cívicas da cidade com destaque para às lutas pela independência de 1822, seu conjunto arquitetônico e a paisagem de Cachoeira como base para esse momento. O parecer para o tombamento foi organizado pelo arquiteto Augusto Teles, e sua declaração deixa isso bem nítido: “assunto de toda a conveniência por se tratar de conjunto urbano do maior valor arquitetônico e paisagístico, e que se acha bastante íntegro” (Decreto n. 68.045 de 18/01/1971).

Para Marcelo Souza (1995), territórios são, primeiramente relações sociais projetadas no espaço, além de ser espaços concretos. Souza esquece, entretanto, que o espaço, o substrato material das relações sociais, tem também um aspecto formativo nessas relações e não deve ser dele desvinculado. O que propomos, então, é que o território deva ser visto, concomitantemente, como a projeção das relações sociais no espaço e a projeção do espaço nas relações sociais. É apenas através dessa dialética que o conceito de território pode ter uma verdadeira importância em estudos sobre práticas culturais.

Mapa 6 - A cidade de Cachoeira em 1885



Fonte: IPHAN.

3. LUGARES DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

As políticas públicas voltadas para a preservação da memória, do patrimônio têm possibilitado o debate em torno da inclusão, da valorização, de uma museologia voltada para a preservação da memória como parte importante de uma identidade cultural e valorização do patrimônio arquitetônico. Para tanto, esse interesse evidencia o uso de métodos próprios de uma investigação histórica e patrimonial a fim de conhecer sua população e com isso direcionar e desenvolver ações voltadas às necessidades dessas comunidades. Nesse sentido, estudos sobre a formação social das cidades, estados e bairros podem contribuir para que novas abordagens sobre o tema sejam discutidas sob uma perspectiva das camadas menos privilegiadas da população.

O século XIX traz algumas inquietações, uma delas é a necessidade de avaliar a origem dos monumentos e sua autenticidade, sendo assim a necessidade de entender o contexto em que essas estruturas foram constituídas é evidente para o estudo do ambiente e do conjunto urbano em volta de suas estruturas.

O que antes era suficiente ser apenas uma arquitetura grandiosa para ser um patrimônio, a partir da evolução conceitual tornou-se fundamental comprovar a veracidade das construções históricas através de documentos, da originalidade e da própria história, desta maneira eliminando as reparações desnecessárias ou as intervenções modernas que se aplicavam a essas estruturas. A construção de lugares de memórias busca também desvendar tradições culturais e a sua importância na produção de uma identidade nacional. Tal identidade seria responsável pelo sentimento de pertencimento e preservação de núcleos urbanos permitindo assim o acesso aos bens de valor patrimonial, vestígios do passado, símbolos da identidade e memória do município.

É necessário entender o espaço também a partir dos seguintes agentes: o espaço quando vivido por meio das práticas sociais, estas por sua vez baseadas no cotidiano da cidade, e com uma importante contribuição para estudos, já que seus moradores e usuários serão agentes que interagem e produzem nesses espaços. Alguns destes indicadores nos permitem compreender como tais espaços são traduzidos através das práticas sociais cotidianas. Desta forma é importante compreender como estas práticas sociais se relacionam ou diferem com o propósito e ações do espaço concebido.

O conceito de patrimônio possui um complexo histórico de significação. Associam-se a seu sentido original, alguns termos que em função de eventualidades

históricas vão redefinir frequentemente a compreensão das sociedades em relação a seus “bens” culturais. Gerando uma reflexão e debate sobre a trajetória do pensamento patrimonial no Brasil através de uma análise do contexto intelectual e político em que se desenvolveu, já que a consolidação de categorias de pensamento define as práticas que delas serão decorrências concretas.

Sendo assim, a primeira constituição que aponta a proteção do patrimônio é de 1934, sendo atribuição dos Estados a responsabilidade de proteger os monumentos históricos e as belezas naturais. No entanto, em 1937 a carta magna define mesmo que, de forma precária, a mesma responsabilidade para os Municípios, passando a oferecer um contexto jurídico favorável à construção de uma norma efetiva para a tutela dos bens culturais (SILVA, 2002).

Dessa forma, valorizar um patrimônio cultural é também levar em conta os seus aspectos materiais e imateriais, até porque um não faz sentido sem o outro; eles se complementam. Enquanto um permanece conservado pelo tempo, o outro se transforma permanentemente e acaba. É possível que um seja contemplado e o outro lembrado, porém, dinâmicos. Basta analisar a afirmação de Lévi-Strauss:

Patrimônio material e patrimônio imaterial não aparecem mais como duas áreas separadas, mas como um conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social (LÉVI-STRAUSS, 2001, p. 23).

É necessário considerar que a recente tomada de pesquisas voltadas para a preservação de bens culturais faz parte de uma mudança na política cultural que há pouco tempo priorizava o tombamento de monumentos, em detrimento de uma visão mais etnológica.

Para Arantes (2001), no processo cultural, as referências são as práticas e os objetos pelos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade, possibilitando a localização de sua territorialidade.

Os intelectuais modernistas seriam os responsáveis pela criação de uma técnica para identificar e selecionar os objetos ligados à marca da nacionalidade. Dessa forma, iniciam-se os debates em torno do conceito de Patrimônio Cultural. Estes intelectuais modernistas, por sua vez, estavam ligados à estrutura do Estado. Mário de Andrade seria o responsável pela elaboração do anteprojeto que iria garantir a proteção aos patrimônios artísticos nacionais.

De acordo com Lima (2012), Mário de Andrade foi declarado um grande estudioso da cultura brasileira, e por isso foi escolhido em 1936, pelo então Ministro da Educação e Saúde

Gustavo Capanema, para pensar as Diretrizes dos Patrimônios Nacionais. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional - SPAHN foi dividido em três capítulos: articulação da instituição, descrição dos bens que vão fazer parte do conjunto de patrimônios artísticos nacionais e a estrutura interna do órgão que foi criado.

O anteprojeto criado por Mário de Andrade tinha o objetivo de organizar a produção dos patrimônios artísticos brasileiros a partir de múltiplas matrizes culturais. Ainda assim, diversos aspectos da política de tombamento foram excluídos, entre eles, as culturas dos povos subalternizados excluídos da construção da identidade nacional, dando início ao processo de seleção dos bens culturais.

3.1 Irmandade

Figura 3 - Igreja do Rosarinho ou Igreja dos Nagôs.



Fonte: Cachoeira: Patrimônio & Memória. Disponível em: https://cachoeirabahia.com/?page_id=178

A presença de africanos no Brasil, nos permite identificar o culto a religião católica em suas práticas religiosas. Africanos de diversos lugares converteram-se, instituíram irmandades, participaram de festas e edificaram igrejas em dedicação aos santos católicos negros, como Santo Elesbão, Santa Efigênia, São Benedito e Santo

Antônio do Categeró, mas, acima de tudo, à Nossa Senhora do Rosário. Em todo território, ao longo do período colonial e de todo o século XIX, o catolicismo foi também africano. Além do patrimônio arquitetônico, várias igrejas que pertenciam à irmandade de “Homens Pretos”, como eram legalmente chamadas, representam hoje referências visíveis dos africanos no conjunto da população católica.

Em seu livro *Reis Negros no Brasil Escravista*, Marina de Mello e Souza apresenta que, no século XIX, aproximadamente 70% dos escravos trazidos para o Brasil vieram da região do Congo-Angola. Inseridos em um universo cultural e religioso totalmente oposto, os mesmos criaram redes de sociabilização capazes de amenizar e promover a troca de afetos. A adaptação ao Novo Mundo propiciava relações com pessoas na mesma condição. Fossem africanos ou crioulos, e até mesmo com seus senhores que mantinham a exploração do seu trabalho e da sua submissão tiveram também que lidar com diferentes tensões inerentes às diferenças entre as mais diversas etnias e as tensões originadas do sistema escravista. Imersos em diversos conflitos incorporaram contribuições africanas que por sua vez, foram determinantes para elaboração de novas formações sociais (SOUZA, 2002).

A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário de Cachoeira (BA) foi fundada no início do século XVIII e entre seus membros havia africanos nagôs, conforme consta em sua documentação. Em 1796, os irmãos dessa irmandade solicitaram à rainha D. Maria I (1734-1816) autorização para que fosse construída a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Anexo à igreja, conhecida como Rosarinho, existe até os dias atuais o “cemitério dos pretos”, fundado pelos irmãos do Rosário e assim denominado pela comunidade. A igreja está localizada no Largo do Rosarinho, s/n, bairro do Rosarinho, em Cachoeira.

De acordo com fonte documental, a aquisição de terras em torno do Outeiro do Rosário do Monte Formoso, localizado na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano é datado de 03 de julho de 1976, as terras se dividem com a Ordem Terceira pelo lado do sol nascente, pelo lado norte com terras de Manoel Tavares da Paixão⁷, com o cemitério da Igreja da Irmandade do Rosário do Sagrado Coração de Maria, este mesmo terreno com os fundos voltados para a Rua da Feira⁸.

Em seu livro *A morte é uma festa*, João José Reis, afirma que as irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam laços de solidariedade fundados nas

⁷ Proprietário de terras em Cachoeira.

⁸ Informações Cartório de registro de imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos e pessoas Jurídicas da Comarca de Cachoeira/ constando no livro nº 02 de Registro Geral, matrícula sob o número 147/ registro 01.

hierarquias sociais (REIS, 1991, p. 51). Existiam irmandades com muito poder, cujos membros pertenciam à um grupo seleta da elite branca colonial. No topo se encontravam as Santas Casas de Misericórdia presentes na Bahia e em outras regiões do Brasil, as quais detinham o controle de uma rede filantrópica de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios. Praticavam caridade principalmente voltada aos que eram socialmente excluídos, já que uma parte de seus irmãos gozavam dos privilégios sociais, encaixando-se na expressão de “Russell Wood⁹” como os “fidalgos” da colônia (REIS, 1991, p. 51-56).

O culto e devoção aos santos negros, divulgados pelas ordens religiosas, com o passar do tempo, fugiram do controle das mesmas, pois, tais práticas foram apropriadas pelos negros e constituíram espaços para que as mensagens católicas pudessem ser ressignificadas. Para Lucilene Reginaldo, as diversas interpretações proporcionadas por alguns estudiosos a fim de explicar essa devoção se deve à forma como eles interpretavam os santos católicos. Em sua maioria, como parentes.

Por sua vez, o culto a Nossa Senhora do Rosário, iniciado no século XVII, foi divulgado ainda em 1695, constituindo-se em forte devoção na cidade de Salvador. Os pardos cativos e forros também erigiram as suas irmandades apropriando-se à devoção a Nossa Senhora de Guadalupe, em Cachoeira; criaram até uma ordem terceira. Segundo Lucilene Reginaldo: “A reunião dos pardos em irmandades distintas das dos pretos africanos e crioulos, bem como a divisão do grupo, segundo a condição escrava ou livre, chama a atenção para a complexidade deste grupo nas sociedades coloniais” (REGINALDO, 2011, p. 148). A historiografia clássica, ao explicar a criação das irmandades de pretos, afirmava que eram organizadas segundo as diferentes nações africanas, isto é, segundo as origens africanas.

O culto à Virgem do Rosário e ao Santíssimo Coração de Maria tiveram início no século XV e originou a formação de associações religiosas de leigos. Algumas destas associações foram compostas por “homens e mulheres de cor”. Conforme Lucilene Reginaldo (2011), é necessário considerar a criação das irmandades de negros analisando o estatuto social e a origem geográfica de seus associados; em sua pesquisa foi identificado o predomínio dos negros angolas na liderança das irmandades do Rosário.

De acordo com João José Reis, as confrarias eram divididas em irmandades e ordens terceiras que já existiam em Portugal desde o século XIII. As segundas dedicavam-se a obras

⁹ Interessado em compreender a dimensão atlântica de um império global da época moderna, como o português, o historiador inglês A.J.R. Russell-Wood edifica em seu *Histórias do Atlântico português*, que chega à segunda edição pela Editora Unesp, aquilo que mais caracterizou sua jornada pela historiografia: ecletismo e, diversas vezes, inovação de suas temáticas de pesquisa, metodologia e perspectiva analítica global do império lusitano.

de caridade destinadas aos seus membros ou para pessoas carentes que não eram associadas. Destacamos aqui que as irmandades comuns foram bem mais numerosas (REIS, p. 49, 1991).

Na maioria das vezes, cada templo acomodava diversas irmandades que cultuavam seus santos patronos em altares laterais. Algumas irmandades que iniciaram sua carreira de forma discreta em altares laterais, com o tempo, conseguiram recursos para a construção de seus próprios templos¹⁰.

O culto ao Coração de Maria foi difundido no século XVII, São João Eudes, (1601-1680) foi considerado “pai doutor e primeiro apóstolo” dessa devoção pelo papa Leão XIII (1903) e o papa Pio X (1909). Nos séculos seguintes o culto ao Coração de Maria se desenvolveu em confrarias, sociedades, congregações e institutos religiosos (SANTIAGO, 2020).

A escolha da Virgem do Rosário como padroeira na América Portuguesa, foi comum às inúmeras irmandades de “pretos” da época. Na metrópole, no continente africano, ou na América portuguesa, cativos e libertos, originários da África Central e descendentes de nativos desta região, uniram-se em irmandades sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário. A experiência da escravidão ocasionou a identificação dos negros com a invocação da Virgem.

Em Cachoeira, a associação de leigos foi responsável pela construção, e em 1727, da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Santíssimo Coração de Maria do Monte Formoso. Ainda no século XVIII, era denominada “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos”, cujos irmãos se reuniam na matriz. Em 1852, o livro de compromisso da irmandade foi reformado e a partir de então, os registros nas fontes documentais levariam o título “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Santíssimo Coração de Maria”, quase sempre acompanhando o nome do local em que foi edificada a capela: “Monte Formoso”.

Destacamos aqui que, no século XVIII, duas irmandades dedicadas a Virgem se constituíram em Cachoeira. A primeira que se instituiu foi a “irmandade dos pretos”, enquanto a irmandade fundada por “brancos”, seria legalmente fundada em 1749, cada uma delas com perfil social diferente.

¹⁰ A Ordem Terceira de São Domingos, por exemplo, funcionou, a partir de sua fundação em 1723, no mosteiro de São Bento, depois mudou-se para o hospício da Palma, e em 1732 inaugurou sua igreja em destacado local, o terreiro de Jesus. (Esta ordem terceira não estava associada à ordem de religiosos dominicanos, que só se instalaria no Brasil no final do século XIX.) A trajetória da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo é bem conhecida. Fundada em 1685 na Sé Catedral, seus membros forros e escravos construíram um templo nas Portas do Carmo (atual Pelourinho), no início do século XVIII. Com a criação da freguesia do Passo — que, ainda sem sua matriz, se desmembrou da freguesia da Sé em 1718 — a igreja dos pretos foi praticamente tomada, até 1726, quando uma carta régia obrigou o vigário do Passo a devolvê-la. Ao longo de sua história, esta igreja abrigou várias outras irmandades negras, em diferentes ocasiões, como a do Senhor Bom Jesus dos Martírios, Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. (A Morte é Uma Festa-Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX-João José Reis, 1991).

Em 1841, depois de vários entraves com arcebispo e igreja, começaram a considerar a possibilidade de edificação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Monte Formoso, a mesma só seria entregue ao culto público em fevereiro de 1852. Segundo Reginaldo (2011, p. 69), as festas e cerimônias religiosas que eram organizadas pelas irmandades foram fundamentais na construção das identidades social e religiosa das nações africanas, tanto em Portugal como no Brasil colônia. A eleição de reis e rainhas negros fortalecia as formas de coesão do grupo.

A evocação de memórias da formação das Irmandades e sua organização no Rosarinho nos ajuda a entender como os africanos se uniam em núcleos que teriam como principal característica afinidades cultural, religiosa e étnica. A delimitação do espaço urbano a partir de tais características remetem a uma dinâmica social produzida diante de fragmentos históricos que buscam significados sociais (MENESES, 1997).

3.2 Famílias

Figura 4 - Igreja do Rosarinho revitalizada em 2006 através do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)



Fonte: Cachoeira: Patrimônio & Memória. Disponível em: https://cachoeirabahia.com/?page_id=178

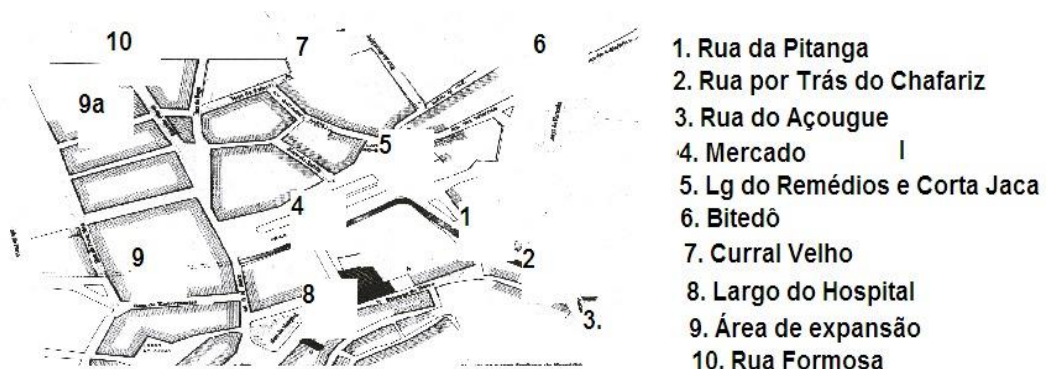
É possível fazer uma análise minuciosa da formação social da cidade a partir de uma nova historiografia, sobre as famílias de africanos escravizados e as elites da cidade. Ao considerar a posse das terras buscamos analisar como o poder dessas elites se formou ao longo

da colonização no território do recôncavo. Nesse sentido, é possível definir elite como um grupo que mantém um conjunto de posições relevantes dentro de um ideal hierárquico colonial no contexto de América portuguesa.

Ao analisar as escrituras de compra e venda de terras no recôncavo baiano com foco na cidade de Cachoeira, é possível também traçar o perfil socioeconômico dos donos dessas terras e dos seus possíveis compradores. Esses documentos também nos permitem traçar o núcleo africano no processo de urbanização da cidade, identificar áreas onde havia concentração de africanos e através dos teóricos e estudos realizados, entender os grupos a que estes pertenciam.

Uma das famílias que tinha o perfil socioeconômico diferenciado da média da população de Cachoeira, é a família de José Antônio Fiúsa da Silveira; este aparece como dono das terras da zona da Recuada no início do século XIX (Cartório do registro de Imóveis da Comarca de Cachoeira. Livro B-8 às folhas 431, registro 20, feito em 18 de junho de 1976). No documento citado, Antônio Fiúsa diz que: “entre os bens que possuo livres e desembargados também, assim em Rosário do Santíssimo Coração de Maria no Monte Formoso cujo o terreno fica entre a demarcação seguinte: principia ao lado da mesma capela, seguindo pela rua Nova, que dela parte em procura do lado da Casa de Antônio de Sá Pimentel, até fazer canto na rua que vai para o Dendê” (Registro de Imóveis da Comarca de Cachoeira. Livro B-8 às folhas 431, registro 20, feito em 18 de junho de 1976).

MAPA 7 – Cidade de Cachoeira



Fonte: IPHAN.

Entende-se pela zona da Recuada a extensão de terras que se estendiam desde a Igreja Nova, denominada Capella do Rosário [igreja dos nagôs], e no alto por detrás do antigo curral.

Em ofícios enviados à Câmara, Fiúza se referia não aos terrenos à colina onde, em 1842, havia sido construída a mencionada Capela do Rosário; de acordo com o documento ele se referia às terras do antigo curral (atualmente a Praça Marechal Deodoro), e adjacências (Corta-Jaca, Galinheiro e Bitedô). Em outra documentação datada de 1839, percebemos que o curral e o matadouro foram deslocados para outra zona, em terras de sua propriedade, hoje chamada Avenida São Diogo (Cartório do registro de Imóveis da Comarca de Cachoeira. Livro 02 de Registro Geral, matrícula de nº 148, feito em 03 de julho de 1976).

Em 1841, a Câmara de Cachoeira, a pedido de José Antônio Fiúza da Silveira, designou o pedreiro da municipalidade, José Marinho Falcão, para proceder a vistoria e alinhamento requeridos por José Antônio Fiúza da Silveira, em uma porção de terreno baldio. O suplicante requeria esses procedimentos para a sua propriedade na rua da Pitanga, a fim de nela levantar casas, apresentado à Câmara o terreno pedindo que lhe mandasse alinhar da quina da casa de Claudina Maria da Silveira (Cartório de Registro de Imóveis Comarca de Cachoeira “B-4” 431/432, registro 21, feito em 18 junho de 1986), “a findar” quase no morro que fica em direção à rua do Largo do Remédio¹¹.

Ainda na década de 1830, o rossio estava quase todo urbanizado e tinha outro dono. De acordo com o registro de terras de Cachoeira, em 1858, as terras da parte da recuada em plena expansão foram registradas justamente em nome de Fiúza da Silveira e Souza.

Mas quem era José Antônio Fiúza da Silveira e Souza? De acordo com o historiador Luis Claudia Dias Nascimento, realizando suas pesquisas em registro de documentos e através de relatos, sua família fazia parte dos antigos colonizadores do atual município de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira. Não se sabe se ele era parente de José Antônio Fiúza de Almeida; o fato é que em 1858 foram feitos vários registros de terras do antigo rossio como propriedades sua. Essas terras foram crescendo e passaram a ser utilizadas como pasto para gado. Com a expansão, a zona da recuada, foi se transformando em núcleos residenciais habitada pela população escravizada e alguns núcleos de africanos.

Segundo o mesmo autor, em 1820, parte das vilas urbanas de Cachoeira que hoje pertencem à zona urbana da cidade foram, igualmente, se estendendo como parte da união de membros da família Adorno e da família Fiúza (NASCIMENTO, 2010, p. 66-68). Também afirma que essas terras faziam parte do Engenho Pitanga, mas, os netos de Caramuru, não tinham interesse nas terras e acabaram se desfazendo (NASCIMENTO, 2010, p. 66). Ainda afirma que na documentação pesquisada, ele encontrou informações do foreiro José Gonçalves

¹¹ Ver no mapa acima a indicação das ruas indicadas no pedido.

Antônio Fiúza, que aparece no inventário de Margarida Rodrigues Adorno, filha de Álvaro Adorno.

Sobre a família Adorno, encontramos algumas referências na dissertação de Juliana Brainer Barroso Neves, intitulada *Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530 – 1678*, que traz algumas referências sobre a formação das elites no Recôncavo e a família Adorno¹², e sobre os possíveis casamentos com europeus e indígenas com a pretensão de expandir terras na cidade e acumular riquezas em Cachoeira. Desse modo, identificamos também a formação das elites dentro do contexto da colônia. É preciso entender que ao classificar essas elites, não se pode levar apenas em consideração seu poder econômico, mas o poder político que influencia a comunidade local e religiosa¹³.

Dessa forma, compreendemos que os grupos familiares que contribuíram para a formação social de Cachoeira têm um papel central nas configurações das relações sociais. Durante a conquista e dominação no território baiano, os colonos se limitaram inicialmente a explorar todo litoral do continente, criando assim uma forma de descontinuidade geográfica da colônia ao definir formas opostas à área que deveria ser conquistada: o sertão e o recôncavo baiano.

Ao buscar sobre José Antônio Fiúza da Silveira, infelizmente não encontramos muitas informações no Arquivo Público de Cachoeira. Buscamos inventários e jornais para que pudessemos tratar as informações existentes nos registros da Ordem Terceira do Carmo, em Cachoeira. As informações que levantamos no livro do professor Cacau, não nos permitiram fazer o cruzamento de fontes, sendo assim, buscamos analisar a documentação que estava ao nosso alcance.

As redes de sociabilidade de Cachoeira naquele momento envolviam um amplo e diverso conjunto de elementos. Podemos destacar alguns deles aqui, pois, ao analisar essas redes, é possível fazer um traçado da condição social, política e religiosa. De acordo com Marcelin (1996), as sociabilidades cachoeiranas giravam em torno da vida familiar (visitas, encontros e festas em família), dos clubes e organizações implicitamente exclusivas (o Rotary Club local e a Ordem Maçônica Caridade e Segredo, fundada em 1879, das associações

¹² Segundo Nuno Monteiro, durante o século XVII, a elite colonial que se formou na América Portuguesa era composta por europeus brancos, no entanto, com o passar do tempo, principalmente no século XVIII, as “*elites terratenentes eram cada vez mais originárias da colônia*”. O que caracteriza o caso da família Rodrigues Adorno, estruturada a partir de casamentos entre imigrantes europeus e povos indígenas. A família deixou herdeiros que acumularam terras através de atividades militares no Recôncavo e no sertão.

¹³ Flávio Heinz cita o sociólogo suíço Giovanni Busino que escreveu sobre o tema (HEINZ, 2006. p. 7-9). Prosopografia ainda é um termo bastante desconhecido. “Prosopografia” é relativo à descrição de uma pessoa. Para mais detalhes sobre a origem do termo e seu uso ver também no mesmo livro Jacqueline Lalouette (2006, p. 55-74).

culturais e esportivas, das bandas filarmônicas Minerva Cachoeirana e Lyra Ceciliana, das diversas associações religiosas, dos bares e restaurantes (MARCELIN, 1996, p. 55).

Essas sociabilidades demonstram determinados tipos de trocas que se realizavam no cotidiano, nas relações diárias e também nas relações promovidas nos contextos festivos. João José Reis, (1991) argumenta que, na Bahia, a palavra “parente” sofreu uma mudança, porque buscava incluir todos da mesma etnia. A reinvenção do termo parente pelo africano ressignificou o “conceito de parentesco de nação”. Os nagôs se declaravam parentes de outros nagôs, jejes de jejes, diante da dificuldade que tinham de formar famílias. A “família-de-santo” por sua vez, cumpria importantes funções e significados da família consanguínea, por vezes, separada pela escravidão.

3.3 Lugares de memória

No início do século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs levantou uma questão importante sobre o rompimento com a ideia que se tinha até então de memória. Tais ideias consideravam que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado. Ou seja, que a memória era conduzida unicamente por leis biológicas. Seu trabalho foi o primeiro a associar o estudo da memória a fatores sociais, mostrando a existência de uma relação íntima entre o individual e o coletivo.

A memória é considerada elemento inseparável do sentimento de pertencimento e de identidade. Um fenômeno socialmente construído que é resultado de um processo de organização mental inclusivo e exclusivo. Dessa forma, a memória como agente documental alinha-se em instâncias igualitárias a formas diferentes de registro. Do mesmo modo, a fonte oral pode ser comparada à fonte escrita, por isso, o sociólogo austríaco Michel Pollak (1992, p. 8) declara que “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...]”.

Não podemos mais permanecer apegados a pensamentos redutores sobre memória e documentação, sendo assim as lembranças ligadas ao Rosarinho e a sua contribuição cultural para a cidade e moradores do bairro se apresentam também como memórias afetivas e coletivas, como formas de reconstrução e preenchimento da historiografia existente.

Compreendemos então que há uma memória coletiva e que ela caracteriza um conjunto abstrato de informações referentes à determinada comunidade e se estabelece a partir de memórias individuais, assim como se destaca materialmente por meio dos lugares a que Polak chama lugares de memória, que apesar do desaparecimento ou de perdas sofridas são motivo de lembranças e afetos, configurados entre indivíduos e bens, e na medida que são

comuns a um grupo ou uma comunidade podem se reconhecidos como memória social. Ou seja, a memória pode ser entendida como processos sociais e históricos de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo (CRUZ, 1993).

A Praça Marechal veio ser construída em 1833, antes chamada Curral Novo. Diante da documentação pesquisada, é possível perceber que a entrada do bairro do Rosarinho, para quem chegava pela sua entrada principal, era um portão de ferro. Segundo relatos de alguns moradores, esse portão dividia as terras consideradas pastagens de gado da rua principal (Registro de 1941 pedido ao Exmo. Prior da Irmandade de N. S. Rosário do S. S. Coração de Maria do Monte Formoso). A documentação traz também a informação que havia um pequeno portão na lateral, e quem tinha as chaves para acesso era o zelador do cemitério localizado no Rosarinho.

Na entrada do Rosarinho próximo aos Currais Velhos, havia um portão maior, muito provavelmente, para passagem de gado, e o portão menor logo ao lado para circulação do referido zelador (Documento enviado ao Prior e mesário da Venerável Ordem do S. S. Coração de Maria do Monte Formoso). Nesse documento, datado de 9 de setembro de 1941, por nós pesquisado, é possível perceber o anúncio de entrega de uma chave que dá acesso a um portão lateral que fica ao lado do portão geral da subida da ladeira do Rosarinho. Segundo registro de 1941, era necessário o portão para que o acesso fosse mais rápido, e a chave do mesmo ficava aos cuidados do zelador do cemitério. Alguns moradores citaram o portão durante as entrevistas realizadas. Para eles, a memória coletiva tem um importante significado ao trazer essas lembranças. Essa memória coletiva representa um conjunto abstrato de informações sobre a comunidade, e se constitui a partir dessas memórias individuais. “A queima de Judas”, “O caruru de D. Vanju” “A lagoa que existia que permitia que fosse tirado barro dela e fabricassem panelas e utensílios de barro” .

Quando perguntados o que mais tinham saudades, a maioria foi unânime em falar do cemitério, hoje desativado, como uma das referências importantes para o bairro e comunidade. Em outro depoimento, José dos Santos Filho (79 anos), nascido em 13 de maio de 1942, fala que nasceu e sempre morou na comunidade. Para ele a memória que o acompanha é das festas católicas. Segundo o mesmo, “a cidade e o bairro ficavam lotados de pessoas alegres”, e os leilões que aconteciam e as festas religiosas marcaram a vida do bairro.

Em outro depoimento, Gildásio da Paixão, hoje com 80 anos, também conhecido como seu Donga açougueiro, contou que chegou a essa localidade junto com sua esposa Mãe Baratinha e mora na comunidade há mais de 50 anos; ele afirma que se sente realizado pelas

transformações que o bairro sofreu. Segundo ele, os antigos prefeitos começaram as melhorias e outros terminaram. De acordo com seu relato: “Lembro das festas principalmente da queima de Judas e da festa de Nossa Senhora do Monte Formoso”. Identificamos aqui uma relação de afetividade constante nas falas dos moradores entrevistados que lembram com certo saudosismo das festas religiosas.

É importante analisar que o historiador Jacques Le Goff (1990) dá preferência à designação de memória coletiva para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades, nas quais a escrita já estava instalada. Sendo assim, a possibilidade da construção de uma história permitiria diferenciar memória coletiva e social. Esta última teria como testemunhos os documentos escritos, inexistentes entre os povos de cultura exclusivamente oral. Nesse sentido, a pesquisa em fontes orais utilizada para colher essas informações tem uma grande importância para este trabalho. Como a grande maioria dos entrevistados tem idade acima dos 70 anos, foram importantes seus relatos, revivendo essas memórias.

Ao buscarmos algumas informações sobre a comunidade, identificamos que alguns moradores tinham lembrança do portão mencionado no documento. Alguns depoimentos nos permitiram identificar as relações entre esses moradores e a comunidade. Mario Florentino Morais Neves, 70 anos, morador fixo do Rosarinho há 35 anos, viveu por muito tempo na casa de uma tia que residia no Rosarinho, local onde ele brincou na sua infância. Ele menciona assim: “Tenho muito carinho por esse lugar e por todas as pessoas que convivi aqui, essas memórias são importantes na minha vida”. Ele também diz:

Aqui eu conheci dona Nita que era conhecida como mãe dos pobres fazia muita caridade aqui, muita gente ela alimentava ela era mãe de Silvio, seu Juca tomava conta do cemitério dos pretos junto com sua esposa, dona Perina da Boa Morte morou aqui também, seu Nenem pai de Gilmar marido de Raquel da rua da feira morava aqui ele era uma espécie de conciliador muito respeitado aqui, o ex prefeito Ariston Mascarenhas tinha um torrefação de café aqui, ele torrava o café com rapadura eu era menino e vinha para aqui comer, Aqui é uma comunidade que sempre teve muitas mulheres como chefe da família (Entrevista com Mario Florentino Morais Neves).

Quase todos são unânimes ao afirmar que o maior desafio do bairro é manter as “tradições passadas”, as festas, sejam religiosas, sejam profanas. Alguns afirmaram que por não ser mais do candomblé (hoje esses são protestantes) ainda guardam memórias dos cultos e festas no candomblé do entorno e do bairro. Floriudes Santana Conceição, 77 anos, mora na comunidade há mais de 50 anos. Ela afirma: “hoje sou evangélica”, mas diz ter saudades das

festas que aconteciam: “lembro das festas principalmente da Queima de Judas e da festa de Nossa Senhora do Monte Formoso, eram três dias de festas”.

Tenho muito carinho por esse lugar e por todas as pessoas que convivi aqui, essas memórias são importantes na minha vida. Aqui eu conheci dona Nita que era conhecida como mãe dos pobres fazia muita caridade aqui, muita gente ela alimentava ela era mãe de Silvio, seu Juca tomava conta do cemitério dos pretos junto com sua esposa, dona Perina da Boa Morte morou aqui também, seu Nenem pai de Gilmar marido de Raquel da rua da feira morava aqui ele era uma espécie de conciliador muito respeitado aqui, o ex prefeito Ariston Mascarenhas, tinha um torrefação de café aqui, ele torrava o café com rapadura eu era menino e vinha para aqui comer, aqui é uma comunidade que sempre teve muitas mulheres como chefe da família (Entrevista com Floriudes Santana Conceição).

Existe um número considerável de idosos no Rosarinho, a tal ponto que não podemos precisar em número a quantidade de idosos, mas segundo os entrevistados, é necessário um olhar mais humanizado da prefeitura local para os idosos do bairro.

Quando perguntamos sobre algum patrimônio que hoje já não existe mais, alguns pontuaram o portão, a lagoa que havia na parte de cima e o chafariz, apesar de que esse Chafariz (Figura 5), mesmo desativado, ainda se mantém na comunidade. Para Pierre Nora, a cultura popular, a história da vida e a religiosidade são elementos importantes na construção social da memória.

Figura 5 - Fonte do século XIX distribuição de água para o Rosarinho



Fonte: Arquivo pessoal Mária do Rosário Suzart.

Identificamos também que o patrimônio expressa a identidade histórica e as vivências de um povo. Sendo assim, o patrimônio vai contribuir para a manutenção de uma identidade de um determinado povo, comunidade e nação (CHOAY, 1992). A memória é a herança cultural do passado, vivida no presente, que será passada as futuras gerações.

O patrimônio tem com a identidade inúmeras e variadas relações. Seja como atributo coletivo, o patrimônio é um elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade (CHOAY, 1992, SCHIELE, 2002, PERALTA; ANICO, 2006).

Ao analisar os depoimentos de alguns moradores do Rosarinho percebemos que, a memória pode ser entendida como processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo (CRUZ, 1993). Portanto, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção preservar é também fazer levantamentos significativos do contexto urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XIX, o município de Cachoeira viveu importantes transformações urbanas e sociais. Essas transformações aconteceram em um cenário de mudanças que a economia sofria nesse período. Com o declínio das culturas da cana-de-açúcar e do fumo e do trabalho escravo, a cidade viveu momentos de retração econômica, mantendo, a sua herança colonial, o que pode ser visto nos casarões com uma forte influência barroca, em estilo colonial entre outros, e nas edificações católicas, na religiosidade e nas expressões culturais.

Nesse contexto, a influência cultural deixada pelos grupos de africanos que vieram trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar permaneceu até os dias atuais, pois, a expansão urbana da cidade possibilitou a compra de terras por parte de uma elite cachoeirana; algumas dessas terras foram doadas à Igreja católica, permitindo a construção e formação de redutos de escravos, que por sua vez se organizaram em sociedades, irmandades.

Sendo assim, era na Irmandade, que africanos e descendentes viam a possibilidade de preservar suas festas, procissões e rituais de morte, o que tornou possível reinventar muito do que havia sido proibido e perdido, devido ao regime escravista. Os crioulos e nagôs fundaram a sua irmandade e associaram esta aos rituais católicos, pois acreditavam que promovendo essa conexão seria possível manter sua unidade social, cultural e religiosa.

A possibilidade desses grupos se manterem diante de estratégias que possibilitem a permeância e preservação de alguns elementos capazes de promover uma reinvenção cultural e étnica favorece uma construção que contribui para a preservação da memória e da identidade, assim como para a ressignificação do patrimônio do local.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rodrigo do Nascimento. **Práticas sociais e religiosas em Cachoeira entre os anos de 1840-1883**: Um estudo sobre a Irmandade do Bom Jesus da Paciência. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Redes, caminhos e fluxos no Recôncavo baiano setecentista. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo: Easyplanners, 2009.

BARRANHA, Helena. **Patrimônio cultural: conceitos e critérios fundamentais**. IST Press e ICOMOS-Portugal. Lisboa, 2016.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARDOSO, Ricardo José Brügger. **Centros Históricos e seus desafios contemporâneos**. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Centros-Hist%C2%97ricos-e-seus-desafios-contempor%C3%83%C3%87neos.pdf>

CELESTINO, Livia Fraga. **A produção do espaço urbano em Cachoeira/BA**: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org.). **Rotas da Alforria**: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, Bahia. Rio de Janeiro: IPHAN / Copedoc, 2008.

FERNANDES, Rosali Braga; OLIVEIRA, Leila Cristina da Silva. Evolução Econômica do Município de Cachoeira (BA): Do Século XVI Ao Século XXI. In: **Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**, Barreiras (BA) – UFOB, 2014.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GONDAR, Jô. Memória individual, Memória coletiva, Memória social. In: **Morpheus Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 08, nº 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEINZ, Flávio, M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HENRIQUE, Wendel . A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico

na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. **Geotextos** (Salvador), v. 05, p. 89-112, 2009.

HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas da rede urbana do Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

IHGB. **O vapor de Cachoeira**. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/single-post/2019/09/24/200-anos-do-vapor-de-cachoeira-em-semin%C3%A1rio-dia-3-de-outubro-no-ighb>. Acesso em 27/02/2022.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; POLONI, Rita Juliana Soares (orgs). **Memória e patrimônio: temas e debates** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Dissertação de mestrado - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

PIRES, Maria Hidalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: UFPE, 2002.

PERALTA, E.; ANICO, M. (orgs.). **Patrimônios e Identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta, 2006.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011

REIS, João José. “Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavas” fortunas: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889)**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.2015.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835**. São Paulo: Companhia das Letras: São Paulo, 1988.

SILVA, Gislaine Barbosa Calumbi da. **A Cidade Histórica de Cachoeira na Bahia: Abordagem Museológica Sobre Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVEIRA, RENATO da. Antecedentes Europeus nas Irmandades do Rosário dos pretos da Bahia Colonial. In: AZEVEDO, Elciene; REIS, João José. (org.). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.15-63

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII**. Tese de mestrado - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ANEXOS

IGREJA DOS NAGÔS – ROSARINHO (CACHOEIRA, BA)



Fonte: Acervo pessoal Luiz Claudio Dias Nascimento

VISTA DA CIDADE PELO ROSARINHO



VISTA GERAL DA CIDADE DE CACHOEIRA (BAHIA)

TERREIRO GURANI DE OXÓSSI (CACHOEIRA, BA)



Fonte: Acervo pessoal Maria do Rosário Suzart

PARTE INTERNA DO TERREIRO GUARANI DE OXÓSSI (CACHOEIRA, BA)



CEMITÉRIO DOS PRETOS (CACHOEIRA, BA)



Fonte: Arquivo pessoal Maria do Rosário Suzart